

A educação na encruzilhada: refletindo sobre os novos cenários para o ensino de geografia no pós-pandemia

Education at the crossroads: reflecting on the new scenarios for teaching geography in the post-pandemic

La educación en encrucijada: reflexionando sobre los nuevos escenarios para la enseñanza de geografía en el post pandemia

Luã Karll de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, Brasil

luankarll@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0594-9835>

RESUMO

As diferentes civilizações atravessaram no transcorrer da história graves crises estruturais que expuseram as debilidades humanas, por muitas vezes, evidenciadas através do agravamento dos problemas sociais, como as desigualdades, a intensificação da barbárie, da pobreza, da miséria, da violência e tantas outras mazelas. Com efeito, a pandemia nos faz vivenciar um novo contexto, definido por um período de grave crise sanitária que reverbera nas diversas dimensões da vida humana e contribui para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais numa escala planetária. À luz dessa perspectiva, o presente artigo tem o intento de abordar acerca dos aspectos relacionados a educação, com ênfase para o ensino de Geografia, refletindo como este segmento da sociedade se expressa em face da psicosfera criada pelo momento de instabilidade decorrente do contexto atual. Logo, a percepção que nos conduz a está análise tem fundamento em duas questões centrais. A primeira versa sobre a consolidação das práticas educativas como fator de reprodução do sistema capitalista; e a segunda, trata sobre o ensino de Geografia e o papel docente no processo formativo dos sujeitos no pós-pandemia.

ABSTRACT

In the course of history, different civilizations have gone through serious structural crises that exposed human weaknesses, often evidenced by the worsening of social problems, such as inequalities, the intensification of barbarism, of poverty, of misery, violence and so many other ailments. Indeed, the pandemic makes us experience a new context, defined by a period of severe health crisis that reverberates in the different dimensions of human life and contributes to the deepening of socio-spatial inequalities on a planetary scale. In the light of this perspective, the present article is intended to address aspects related to education, with emphasis on the teaching of Geography, reflecting how this segment of society expresses itself in the face of the psychosphere created by the moment of instability resulting from the current context. Therefore, the perception that leads us to this analysis is based on two central questions. The first deals with the consolidation of educational practices as a reproduction factor of the capitalist system; and the second, deals with the teaching of Geography and the teaching role in the formative process of subjects in the post-pandemic.

Recibido: 30/08/2020 - Aceptado: 25/10/2020 - Publicado: 25/09/2021

Citar como:

Karll, L. (2021). A educação na encruzilhada: refletindo sobre os novos cenários para o ensino de geografia no pós-pandemia. *Espiral, revista de geografias y ciencias sociales*, 3(5), 15-23. <https://dx.doi.org/10.15381/espisal.v3i5.18641>

© Los autores. Este artículo es publicado por Espiral, revista de geografías y ciencias sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Este es un artículo de acceso abierto, distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC BY 4.0) [<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>] que permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio, siempre que la obra original sea debidamente citada de su fuente original.

RESUMEN

A lo largo de la historia, distintas civilizaciones han atravesado graves crisis estructurales que dejaron al descubierto las debilidades humanas, a menudo evidenciadas por el agravamiento de problemas sociales, como las desigualdades, la intensificación de la barbarie, de la pobreza, de la miseria, violencia y tantas otras dolencias. En efecto, la pandemia nos hace vivir un nuevo contexto, definido por un período de grave crisis de salud que repercute en las distintas dimensiones de la vida humana y contribuye a la profundización de las desigualdades socioespaciales a escala planetaria. A la luz de esta perspectiva, el presente artículo pretende abordar aspectos relacionados con la educación, con énfasis en la enseñanza de la Geografía, reflejando cómo este segmento de la sociedad se expresa frente a la psicofera creada por el momento de inestabilidad resultante del contexto actual. Por tanto, la percepción que nos lleva a este análisis se basa en dos cuestiones centrales. El primero trata de la consolidación de las prácticas educativas como factor de reproducción del sistema capitalista; y el segundo, trata de la enseñanza de la Geografía y el rol docente en el proceso formativo de asignaturas en el post pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Nova ordem global; Processo educacional; Ensino de Geografia; Pandemia.

KEYWORDS: New global order; Education process; Geography teaching; Pandemic.

PALABRAS CLAVE: Nuevo orden global; Proceso educativo; Enseñanza de la Geografía; Pandemia.

1. Contextualizando o tema: primeiras aproximações

O atual período histórico que acomete a todos de formas diversas, decorrente da pandemia do agente etiológico SARS-COV-2, que causa a doença COVID-19, alterou drasticamente o comportamento humano, e, principalmente, as relações da sociedade no espaço geográfico. As dimensões que compõem a vida social (economia, a política, a cultura, os territórios, regiões, paisagens e lugares), assistem a uma metamorfose que expressa novos parâmetros e perspectivas para um futuro breve, ainda que, este seja tão imprevisível como em nenhum outro momento da história da humanidade.

Na esfera global, os reflexos ocasionados pela pandemia são mais perceptíveis na dimensão econômica, sobretudo, com a redução dos fluxos nos pontos nodais do território e, por conseguinte, com o declínio da circulação de capital e de pessoas, que, por um lado, fragilizou os sistemas econômicos em escala planetária, e, por outro, potencializou a reprodução das desigualdades socioespaciais e da pobreza extrema, principalmente, nos países do terceiro mundo. Como forma de exemplificar este contexto, no território brasileiro, em especial, esse processo se verifica quando constatada uma das maiores retrações econômicas da história do país, marcada pelas constantes quedas da bolsa de valores, e, sobretudo, com a desvalorização acentuada da moeda nacional que coloca em estado de alerta a capacidade de geração de renda, produtividade e consumo em face da América Latina.

Entretanto, é importante salientar que o período em marcha tem sido responsável pelo processo de reestruturação produtiva das atividades econômicas, desempenhadas por diversos segmentos da estrutura econômica global. Aspecto que se concretiza através da comercialização de produtos e prestação de serviços fundamentados nas inovações tecnológicas, de modo particular, com a utilização da rede mundial de internet que, “[...] trouxe consigo muitas inovações e promoveu mudanças na relação entre o homem e o meio, que vai da vida cotidiana aos ambientes de trabalho, educação, economia, governo etc.” (OLIVEIRA, 2016, p. 21), mantendo em aparente funcionamento a produção e o consumo, mesmo naqueles segmentos que foram mais afetados pela pandemia.

Em face deste cenário, quem também sofreu grande impacto foi a educação que assistiu a uma forte transformação, especialmente, no que diz respeito aos hábitos, costumes e nos processos educacionais tradicionais, tanto no sentido da convivência, quanto nos aspectos relacionados ao compartilhamento de ideias e conhecimentos, substituídos pelo *trabalho home office*, com alunos e professores exercendo suas respectivas funções

de suas próprias residências, não obstante, assumindo o ensino a distância como caminho possível para a continuidade da prática educativa.

Em que pese, dentre as possibilidades apresentadas sobre as mudanças de características das práticas educativas, é possível vislumbrar uma potencial consolidação da educação a distância, e, como consequência deste processo, uma acelerada reprodução das desigualdades de ensino. Algo que se confirma, ao nosso ver, a partir de duas acepções fundamentais ao entendimento deste aspecto: a primeira versa sobre a espacialização desigual do ensino para os mais diversos segmentos da sociedade, o que se verifica através do acesso restrito as tecnologias utilizadas para a prática educativa; e a segunda, trata sobre a participação efetiva do aluno nas práticas educativas, uma vez que a modalidade a distância pode tornar o ensino menos atrativo ou improdutivo, por consequência de inúmeros fatores. A propósito, este último aspecto expõe uma das fragilidades que pode acarretar na desestruturação da educação pública, representando um dos grandes desafios a ser enfrentado para a eficácia do ensino-aprendizagem.

À luz da assertiva acima, Magalhães (2020) chama atenção para o fato de que esse processo é responsável por desarticular todas as bases do sistema educacional nacional, especialmente, por se tratar de um contexto atípico pelo qual atravessa a sociedade. Não obstante, assevera o autor que “esse processo, desencadeado em meio a uma pandemia, além de maximizar a exploração dos professores [...] também tem contribuído para descortinar as diferentes realidades em que vivem os estudantes brasileiros”.

À luz desta abordagem, a presente análise busca evidenciar as transformações ocorridas no sistema educacional de ensino decorrentes da pandemia, com ênfase para o agravamento das desigualdades no processo educativo. Ao mesmo tempo, se faz mister compreender a constituição da nova realidade da educação brasileira, e, em especial, do ensino de Geografia, pondo em destaque as reflexões realizadas pela ciência geográfica, a produção de saberes, e a reorganização de conceitos e categorias diante desta nova forma de ensinar. Por último, buscar-se-á apreender os impactos na formação e na prática docente e as repercussões sobre o desenvolvimento do conhecimento discente.

2. Tensões globais e os efeitos do contexto atual nas dimensões da sociedade

O período em curso é caracterizado pela forte presença de sistemas técnicos altamente sofisticados, dispostos no território de maneira desigual e seletiva, impondo-se aos lugares de forma a difundir os vetores que condensam a informação e as inovações tecnológicas (RIBEIRO & SILVA, 2004) em escala planetária. A propósito, Cataia (2020, p. 236-237) vai chamar atenção para o fato de que esses vetores “reproduzem movimentos de subordinação socioeconômica, criando novas configurações hierárquicas e aprofundando outras já existentes”.

Nesse sentido, os processos de modernização que reordenam e expressam novos sentidos ao espaço geográfico, são marcados por concentrar alta carga tecnológica dotada de informação, inovações e intencionalidades, com capacidade de transcender as dimensões da vida social de maneira indivisível. Com efeito, segundo Ciccolella (1997), este aspecto se verifica com a hierarquização do espaço que se acentua sob diferentes atividades, coadunando, a globalização, o advento de blocos econômicos, a debilidade do Estado Nação, o surgimento de espaços subnacionais, a transformação do papel das metrópoles e o reforço do papel das cidades.

Em que pese, como resposta imediata a imposição desse novo contexto, observa-se a reprodução das desigualdades socioespaciais que se constituem em uma das principais perversidades do período técnico-científico-informacional, “expressas pela

natureza dos processos de uso do território nas periferias urbanas, com demandas imensas, pois tem carências de toda ordem [...]” (SOUZA, 2019, p. 8), que reforçam a formação de áreas de exclusão, segregação e extrema pobreza.

A globalização se constitui a partir de diferentes agentes modeladores do espaço, desde as empresas transnacionais, que articulam as relações entre o sistema financeiro mundial e as agências de notícias, até os organismos internacionais, a exemplo, a Organização das Nações Unidas, e um seleto grupo de Estados nacionais que exercem influência geopolítica em escala nacional, regional e mundial, responsáveis por produzir eventos em escala planetária (CATAIA, 2020).

Assim, a influência exercida por esses agentes hegemônicos no espaço geográfico, impuseram transformações do ponto de vista da configuração lógica desumanizadora do capital financeiro internacional, “que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos” (MÉSZÁROS, 2008, p. 9). Esse entendimento remete ainda a compreensão de que as desigualdades assumem sua forma mais perversa, especialmente, porque este processo atinge a todos os lugares, embora, se concretize de maneira mais severa nos países subdesenvolvidos.

Em busca de refletir e interpretar todas as questões abordadas, relacionando-as com a prática educativa, é preciso em primeiro lugar admitir que há uma íntima relação entre os processos educacionais e o modo de produção capitalista, especialmente, pelo fato de que historicamente a educação foi sendo moldada de acordo com os interesses das classes hegemônicas mesmo quando “[...] as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites de perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica” (MÉSZÁROS, 2008, p. 26). Esse raciocínio se torna consumado quando o autor conclui ao afirmar que “os interesses objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes” (*Ibidem*, p. 26).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Batista (2011, p. 6), adverte que as normatizações que regem o Sistema Nacional de Educação proporcionam ao “[...] aluno uma formação que atenda às exigências de qualificação colocadas pelo mercado de trabalho, alijando sua função social, que é o desenvolvimento de potencialidades com vistas à necessária emancipação humana”. Aspecto que corrobora com o entendimento de que as políticas para a educação têm sido elaboradas para evidenciar os setores ligados as grandes corporações hegemônicas do ramo educacional em detrimento dos fatores sociais e desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, não parece demasiado afirmar que o capital hegemônico de orientação neoliberal, passa a exercer o controle e o poder sobre o conjunto das relações sociais em todas as suas dimensões, conformando e transformando-as ao seu *Bel-prazer*, em razão da lógica de valor, que estrutura os alicerces do capitalismo. “É nesse sentido que o campo da educação ganha centralidade nesse debate. Não somente por sua responsabilidade na formação intelectual dos indivíduos, mas também pela reconfiguração de suas relações a partir do avanço da lógica do valor” (ROEDEL; MARTINS, 2018 p. 2).

No que concerne ao sistema educacional brasileiro, este aspecto se comprova, por exemplo, quando observada a relação indissociável existente entre os padrões econômicos e o processo formativo dos indivíduos oriundos do ensino público. A análise sobre esta analogia, evidencia o propósito ideológico do sistema produtivo acerca da educação, que se concretiza na permanência de um *status quo*, que reverbera a divisão de classes, e, principalmente, o aprofundamento das desigualdades de acesso ao ensino de qualidade.

À luz dessa relação dialética, *Modo de produção capitalista & Educação*, é preciso pontuar um aspecto de grande relevância que se põe como tema emergente, especialmente, no cenário de pandemia instituído em escala global, e, de modo especial, no território brasileiro. O debate acerca da regulamentação do ensino a distância nos parâmetros curriculares da educação básica e superior, que se torna a cada dia uma prática recorrente das instituições de ensino em todas as esferas educacionais (federal, estadual e municipal). Reflexo desta afirmação, pode ser observado na manutenção de calendários escolares e da efetiva prática de aula, baseadas com o uso de aplicativos e plataformas digitais.

Considerando as esferas de ensino, é possível observar que os resultados alcançados com a promoção e disseminação do ensino remoto no território brasileiro, estão aquém do esperado. Este fato pode ser justificado, principalmente, por três fatores: em razão da pouca participação dos alunos nas atividades de ensino, reflexo em muitos casos das dificuldades de acesso as tecnologias digitais como internet banda larga de qualidade; o desinteresse nas práticas educativas online; e as barreiras geográficas, que limitam, primordialmente, aqueles indivíduos que residem em regiões de difícil acesso.

Este aspecto demonstra, dentre vários fatores, o interesse por parte das corporações prestadoras de serviços educacionais com a complacência em maior ou menor grau de todas as esferas do poder público (federal, estados e municípios), na promoção e disseminação das atividades remotas. Não obstante, a capacidade de geração de fluxo de capital e pessoas alcançado através da reprodução da educação por diferentes meios e em distintos mecanismos. Não por acaso, o “capital empresarial não vê crise, vê aposta em ganhos futuros, nem que para isso se utilize desse ambiente totalmente novo e desestruturado da pandemia para testar as estratégias de implementar o ensino à distância em larga escala” (SANTANA FILHO, 2020, p. 11-12).

A propósito deste debate, é importante salientar que este processo não se constitui efetivamente com o período de isolamento social, que acarretou em uma maior reclusão das pessoas, em razão da pandemia do coronavírus. Esta etapa já estava sendo gestada desde o princípio do século, quando o Estado brasileiro passou a orientar as diretrizes e normativas do Sistema Nacional de Educação para os estados e municípios. A atuação do Governo Federal em comunhão com as empresas de serviços educacionais e a pandemia, só fizeram acelerar um processo que se mostrava dinamizado e em curso.

Por fim, há de se fazer menção a respeito da repercussão dessas políticas educacionais sobre o ensino de Geografia, especialmente, quando analisada as alterações ocorridas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a não obrigatoriedade do ensino das disciplinas da área de humanidades neste importante documento que contribui com a condução da Educação Básica Nacional. Impactando diretamente na formação dos professores conforme ressalta Portela (2018, p. 49) ao afirmar que “[...] essa perspectiva afeta, não apenas a educação básica, mas causa implicações diversas, dentre elas, a formação inicial de professores”.

3. A reconfiguração do ensino de Geografia na esteira do contexto atual

Duas questões já enunciadas neste trabalho norteiam nosso entendimento sobre o que está sendo considerado por reconfiguração do ensino de Geografia, de maneira especial, no contexto que se desenha para o pós-pandemia. A primeira, versa sobre a promoção e difusão da educação a distância, que apresenta forte possibilidade de se consolidar definitivamente como modalidade de ensino, também nas instituições públicas federais, estaduais e municipais. Vide exemplo, dos cursos ministrados, eventos realizados e calendários acadêmicos retomados em grande parte das instituições de ensino público e privado no Brasil. E o segundo ponto,

trata das alterações ocorridas no Currículo Nacional de Geografia que, modificaram consideravelmente a estruturação da disciplina, sobretudo, na educação básica.

Diante desse processo é notório observar que, com a alteração a disciplina se insere junto as demais áreas das humanidades em um único campo do conhecimento, o que ao nosso ver, reflete em causas diversas, dentre elas, na formação docente, e, mesmo no processo educacional dos alunos. À luz desse processo Calai (2013, p. 106) ainda adverte que “refletir a respeito da dimensão pedagógica na formação do geógrafo remete a que se pensem dois aspectos: o perfil desse profissional e o curso de Graduação que o habilita”. Outrossim, as modificações estruturais ocorridas no âmbito do ensino de Geografia, chamam atenção para o aspecto relacionado a atuação do profissional da área das ciências humanas, desafiando-o a ter por excelência a capacidade de atuar nas distintas áreas que se enquadram nas ciências humanas.

O Sistema Nacional de Educação tem apresentado inclinações no sentido de privilegiar parcerias público-privadas de incentivo ao ensino a distância. Esta afirmação se confirma através da adoção de políticas educacionais e unificações exercidas no âmbito de um punhado de agentes ligados as esferas pública e privada, num movimento que convencionalmente foi denominado por *Todos Pela Educação* (TPE).

Outro fato que conduz a esta compreensão, está no modelo educacional que tem sido implantado no Brasil nos últimos anos, que se assemelha com o que Ravitch (2011) constatou nos Estados Unidos. A denominada “reforma empresarial da educação”. Essa lógica evidencia o processo de mercantilização e privatização da educação pública em curso, haja vista, que “a escola pública não se transforma em instituição privada, mas sua gestão é realizada pela lógica privada (ou mesmo por uma empresa privada)” (FRANÇA FILHO; ANTUNES e COUTO, 2020, p. 21). Esse modelo de gestão educacional corrobora com nossa abordagem inicial, expondo as diversas faces do processo de modernização impulsionado pela globalização perversa que tem na reprodução de mecanismos de aprofundamento das desigualdades de toda natureza, em especial, as de ensino, sua finalidade constitutiva.

Portanto, destaca-se os novos parâmetros para o ensino de Geografia à luz da Base Nacional Comum Curricular. Através das normativas direcionadas por este documento, a Geografia é posicionada dentro de uma área do conhecimento mais ampla, onde estão inseridas a História, o Ensino Religioso, a Filosofia e a Sociologia. As duas primeiras competências ligadas diretamente ao ensino fundamental, e as duas últimas ao ensino médio, cada uma com seu próprio conhecimento, porém, integradas por uma abordagem geral comum.

Destarte, este aspecto implica em alguns questionamentos importantes, do ponto de vista da estruturação do ensino de Geografia, a exemplo: quais as novidades que são agregadas ao ensino de Geografia a partir das diretrizes da nova Base Nacional Comum Curricular? Qual o ponto de vista elencado para a organização do projeto que instituiu esta normatização para o ensino de Geografia? Como o ensino de Geografia pensa em refletir as transformações do mundo contemporâneo através destes novos parâmetros curriculares?

São estes questionamentos, especialmente, o último, que nos conduz a conceber no ensino de Geografia, uma possibilidade de apreensão e interpretação dos processos socioespaciais atuais, como no caso da pandemia do novo coronavírus. Todavia, é importante ser ressaltado que cada ciência inserida no núcleo das humanidades possui seu saber próprio, embora utilize dos conhecimentos provenientes de outras áreas, a exemplo, como ocorre com o fazer geográfico.

4. Reestruturação da prática docente em tempos de isolamento social

O contexto atual alçou um tema bastante requisitado na agenda de discussão do universo acadêmico. A formação e a prática docente e o papel da educação como instrumento de desenvolvimento social em tempos de pandemia. Esse assunto tem movimentado os embates científicos em todas as áreas do conhecimento, em especial, as ciências da educação e as humanidades, com maior destaque de nossa parte para a Geografia. Com as medidas adotadas para conter o avanço da pandemia no território brasileiro, algumas transformações marcantes foram sendo instituídas em face da prática, e, fundamentalmente, sobre o processo de formação profissional docente. Dentre elas, a mais notável é a utilização em larga escala das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), que se constituem em instrumentos complementares ao processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, alguns aspectos se notabilizam por sua dimensão e alcance sobre os novos parâmetros e perspectivas que a prática educativa e o processo formativo, possivelmente, irão assistir no pós-pandemia. Para esta breve reflexão, optou-se por tratar de duas questões centrais, que representam ao nosso ver, fatores preponderantes para as novas formas de ensino, que tendem a ser adotadas como mecanismos inerentes ao processo educacional.

A primeira versa sobre a utilização das TICs, conforme dito anteriormente, visualizando os aspectos relacionados as tendências tecnológicas e as metodologias ativas, buscando desmistificar o uso das tecnologias por parte do professor, tendo em vista o reconhecimento do seu exercício profissional no processo de ensino e aprendizagem. E por fim, repensar os elementos constitutivos do processo formativo, tendo em vista, três elementos essenciais: o currículo no ensino superior; a reelaboração da prática do estágio supervisionado, que contemple uma residência pedagógica e tenha uma duração de tempo maior; e ainda, a contextualização de aspectos que tratem sobre a dinâmica da sociedade atual.

De forma cada vez mais natural no ambiente educacional, as tecnologias da informação e da comunicação (TICs), têm se apresentado como aliadas do processo educativo, pois, auxiliam a disseminação do conhecimento alterando estruturas e modos conservadores de promover o ensino. Contudo, é preciso não desmerecer o fato de que “[...] se ensinar dependesse só de tecnologias, já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo” (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2007, p. 12). Este raciocínio nos conduz ao entendimento de que o processo educacional deve ser visto em sua totalidade, isto é, analisado em toda a sua conjuntura.

Dessa forma, as tecnologias da informação e da comunicação são importantes, porque são imbuídas de novos métodos e conceitos de aprendizagem que tem como pano de fundo a construção do conhecimento de maneira participativa e coletiva, fundadas em metodologias ativas que contribuem com o processo formativo. À luz do atual contexto, estas ferramentas expressam a diversidade do universo da geografia e a capacidade de apreender e interpretar os eventos e processos que se espacializam de formas heterogêneas e em múltiplas escalas no globo terrestre.

Com efeito, importa ponderar que as inovações promovidas com o uso de ferramentas e recursos técnicos, modificaram o processo de formação docente exigindo uma maior aptidão para se adequar a condições adversas, a exemplo do atual momento, implicando na atribuição de novas funções e na reestruturação do perfil profissional. Por essa razão.

Propor inovações pedagógicas aos professores é remover a estrutura do trabalho e conscientizar-se de certas interdependências, já que, em geral, não se trata de simples substituições metodológicas, mas de

importantes alterações que devem ser vistas dentro da complexidade dos encargos da função do professor e de acordo com suas possibilidades e obrigações de trabalho (SACRISTAN Apud LOBO; MAIA, p. 19).

Ressalta-se os desafios inerentes a implementação destes mecanismos no processo de ensino e aprendizagem. Isso se dá porque existe, ainda hoje, uma forte resistência por parte dos docentes em utilizar estas ferramentas como meios para a execução da prática educativa. A propósito, Lobo e Maia (2015, p. 18) apontam essa postura como um dos grandes impasses para o aprimoramento do ensino, visto que é preciso realizar “à profissionalização do professor, a qualificação pedagógica e a sua aproximação a metodologias de ensino inovadoras e transformadoras” para se alcançar resultados positivos em termos de eficiência da aprendizagem.

Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, rever o processo de formação docente adequando a esta nova realidade os conteúdos trabalhados nas grades curriculares dos cursos de nível superior. Algo que demonstra, de certo modo, as falhas do processo formativo, em especial, porque o docente em muitos casos não é preparado para lidar com situações adversas, ou não está apto a trabalhar com determinados assuntos que não estejam em sua área específica de atuação profissional. Exemplo disso, são os problemas recorrentes com a cartografia aplicada no ensino fundamental e médio, e o receio de parte dos professores em trabalhar com assuntos ligados a esse conhecimento.

Em segundo lugar, é importante contemplar as práticas dos estágios supervisionados, de modo a inserir em seus planos de curso a realização de residências pedagógicas, até mesmo na grade curricular das licenciaturas, que somadas a programas como o Pibid, Pibic e outros tantos, permitem a aproximação da teorização estudada em sala de aula com o exercício profissional.

E por último, refletir abordagens que versem sobre temas da atualidade, debatendo e interpretando, principalmente, as características sociais e as transformações espaciais decorrentes de diferentes processos, eventos e fenômenos que se expressam diuturnamente no cotidiano dos lugares.

5. Para não esgotar o tema

Diante das questões que buscou-se discutir nesta breve reflexão, gostaríamos de expor alguns pontos que não foram tratados com maior riqueza de detalhes nesta abordagem, mas, que, sem nenhuma dúvida, não devem passar por despercebidos. Nessa perspectiva, considerando as características do processo de modernização e de inserção de inovações tecnológicas, ressalta-se o ensino presencial como forma de transmissão de valores, experiências e saberes, não obstante, sendo indispensável a aprendizagem e ao desenvolvimento dos processos cognitivos.

Por outro lado, o período de isolamento social reafirmou a importância da análise geográfica, sobretudo, pela capacidade de responder aos movimentos e as transformações que é da natureza do fazer geográfico. Isso fica claro com a leitura espacial da pandemia, e como sua espacialização se constituiu evidenciando as desigualdades e aprofundando os espaços opacos do território brasileiro.

Enfim, espera-se que essa condição seja superada rapidamente, sem que para isso, se sacrifiquem mais vidas, ou que seja deturpado o estado de bem-estar social da população, especialmente, dos marginalizados. Ou ainda, sem que para isso, a coletividade seja posta sob risco para atender as demandas e necessidades gananciosas dos agentes que comandam os espaços globais.

Referências

- Batista, Flávia Alves Bonsanto. (2011). A relação entre educação e capitalismo: o aluno como “produto” da “indústria” escola. *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*. Juiz de Fora, n. 10, Jan/Jun, pp. 1-10. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDI4.pdf>
- Callai, H. C. (2013). *A formação do profissional da geografia: o professor*. Ed. Unijuí, Ijuí.
- Cataia, Marcio Antonio. (2020). Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. *Tamoios, São Gonçalo*, ano 16, n. 1, Especial COVID-19, pp. 232-245, maio. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50742/33483>
- Ciccolella, Pablo. (1997). Redefinición de Fronteras, Territórios y Mercados en el Marco del Capitalismo de bloques. In: Castello, Iara R. et al. (Orgs.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS / FEE.
- Filho, Astrogildo Luiz de França; Antunes, Charlles da França; Couto, Marcos Antônio Campos. (2020). Alguns apontamentos para uma crítica da educação a distância (EaD) na educação brasileira em tempos de pandemia. *Tamoios, São Gonçalo*, ano 16, n. 1, Especial COVID-19, pp. 16-31, maio. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50535/33468>
- Filho, Manoel Martins de Santana. (2020). Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia COVID-19. *Tamoios, São Gonçalo*, ano 16, n. 1, Especial COVID-19, pp. 3-15, maio. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50449/33467>
- Lobo, Alex Sander Miranda; Maia, Luiz Cláudio Gomes. (2015). O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no ensino superior. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte, v. 25, n. 44, pp. 16-26. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/9056/8055>
- Magalhães, R. C. da S. (2020). Pandemia de COVID-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, pp. 1-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/?lang=pt&format=pdf>
- Mészáros, István. (2008). *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- Moran, José Manuel; Masetto, Marcus; Behrens, Marilda Aparecida. (2007). *Novas tecnologias e mediações pedagógicas*. 13. ed. São Paulo: Papirus.
- Oliveira, T. B. de. (2016). Território e internet: uma análise a partir da capilaridade dos centros públicos de acesso em Alagoas. (Dissertação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas). Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/riufal/2966/1/Territ%20e%20internet-%20uma%20an%20alise%20a%20partir%20da%20capilaridade%20dos%20centros%20p%20bablicos%20de%20acesso%20em%20Alagoas..pdf>
- Portela, M. O. B. (2018). A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das ciências humanas e da interdisciplinaridade. *OKARA: Geografia em debate*, v. 12, n. 1, p. 48-68. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>
- Ravitch, Diane. (2011). *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina.
- Ribeiro, Ana Clara Torres; Silva, Cátia Antonia da. (2004). Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In Ribeiro, Ana Clara Torres Ribeiro (org.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, pp. 347-368. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930121931/torres.pdf>
- Roedel, Hiran; Martins, Isa Ferreira. (2018). Capitalismo e educação: novas conformações na passagem para o século XXI. *Espaço e Economia*. Ano VII, n. 13. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoconomia/4732>
- Souza, Maria Adélia Aparecida de. (2019). Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. *Revista latinoamericana e caribenha de Geografia e Humanidades*. Brasília, v. 2, n. 4, pp. 1-17, outubro. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485>